



J. Sen.
HA

NOTA DO ANEXO ÀS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011 -

RELATO FINANCEIRO DOS MEDIADORES DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

para efeitos do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de Dezembro

a) Políticas contabilísticas adoptadas para reconhecimento das remunerações

O corretor/agente de seguros reconhece o rédito/remuneração de acordo com as normas em vigor, sendo que, em particular e por regra - embora admita excepções - no exercício da actividade de mediação de seguros, reconhece contabilisticamente o rendimento:

Rédito – Princípio da Especialização

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e por tipo

Por natureza	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Numerário	191.963,78	199.746,12
Espécie		
TOTAL	191.963,78	199.746,12

Por tipo	Remunerações (€)	
	Ano n-1	Ano n
Comissões	199.963,78	199.746,12
Honorários		
Outras Remunerações		
TOTAL	199.963,78	199.746,12

c) Total das remunerações relativas aos contratos de seguro desagregadas por Ramo "Vida", Fundos de Pensões e conjunto dos ramos "Não vida", e por origem

Por entidade (origem)	Remunerações (€)					
	Ramo Vida		Ramos Não Vida		Fundos de Pensões	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Empresas de seguros	3.415,88	3.308,51	188.547,90	196.437,61		
Outros mediadores						
Clientes (outros)						
TOTAL	3.415,88	3.308,51	188.547,90	196.437,61		



d) Níveis de concentração das remunerações auferidas pela carteira

Por entidade (origem)	Remunerações (%)	
	Ano n-1	Ano n
Empresas de seguros:		
Fidelidade Mundial (1011)	25%	24%
Acoreana (1013)	33%	25%
TOTAL	58%	49%

e) Valores das contas "clientes"

Contas "clientes"	Valores das contas "clientes"	
	Ano n-1	Ano n
Início exercício	53.563,04	325,70
Final exercício	325,70	-18.107,94
Volume movimentado no exercício		
A débito	1.548.146,41	1.450.741,41
A crédito	1.491.908,17	1.432.633,47

f) Contas a receber e a pagar desagregadas por origem

Por entidade (origem)	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários				
Empresas de seguros				
Empresas de resseguros				
Outros mediadores				
Clientes (outros)				
TOTAL				

g) Valores agregados incluídos nas contas a receber e a pagar

Por natureza	Saldo contabilístico existente no final do exercício			
	Contas a receber		Contas a pagar	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro				
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro				
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de (res)seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários (ou empresas de seguros no caso da actividade de mediação de resseguros)				

J. Ser.
H.

Remunerações respeitantes a prémios de (res)seguro já cobrados e por cobrar				
Outras quantias				
TOTAL				

F. Sen.
HA

h) Idade das contas a receber vencidas à data de relato (final do exercício)

Contas a receber	Até x dias		Até x dias		Mais de x dias	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Sem imparidade						
Com imparidade						
TOTAL						

Factores considerados na imparidade: _____

i) Garantias colaterais detidas a título de caução e outros aumentos de crédito

	Valor	
	Ano n-1	Ano n
Garantias (caução)/aumentos de crédito	16.803,00	16.803,00

j) Transmissões de carteiras de seguros

	Carteiras de seguros (€)			
	Transmissões recebidas		Transmissões efectuadas	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Carteiras de seguros				

k) Contratos cessados com empresas de seguros e indemnizações de clientela

	Indemnizações de clientela (€)	
	Ano n-1	Ano n
Contratos de mediação de seguros cessados		

l) Natureza de obrigações materiais, incluindo passivos contingentes

	Obrigações materiais (€)	
	Ano n-1	Ano n
Obrigações materiais		

Breve descrição: _____

m) Empresas de seguros cujas remunerações pagas ao corretor de seguros representem, cada uma, pelo menos 5% do total das remunerações

Empresas de seguros	Remunerações			
	Ramo Vida/Não Vida/Fundos de Pensões			
	€		%	
	Ano n-1	Ano n	Ano n-1	Ano n
Império Bonança (1014)	20.050,55	22.180,24	11%	11%
Fidelidade Mundial (1011)	44.664,38	48.844,52	24%	24%
Global (1013)	46.721,28		24%	0%
Mapfre (1145)	14.183,37	14.900,93	8%	7%
Zurich (1132)	18.120,47	11.815,27	10%	6%
Allianz (1028)	19.239,14	25.635,19	10%	13%
Lusitânia (1026)	14.246,77	15.751,68	8%	8%
Acoreana		50.279,23	0%	25%

n) Valor total dos fundos recebidos pelo corretor de seguros com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios relativamente aos quais as mesmas não lhe tenham outorgado poderes para o recebimento em seu nome

	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros em relação aos quais o corretor não tem poderes de cobrança		

o) Valor total dos fundos recebidos pelo mediador de resseguros com vista a serem transferidos para os resseguradores para pagamento de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança

	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega aos resseguradores em relação aos quais o mediador de resseguros não tem poderes de cobrança		

p) Valor total dos fundos que foram confiados ao mediador de resseguros pelos resseguradores com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não haja outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas

	Valor total dos fundos	
	Ano n-1	Ano n
Transferência de valores (prémios) para entrega às empresas de seguros cedentes que não hajam outorgado ao mediador de resseguros poderes de quitação das quantias recebidas		

Boa Vista, 31 de Dezembro de 2010

António F. Silva
Luísa Mendes
Filipe Mendes

António F. Silva

RUBRICAS	Notas	DATAS	
		31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis		161.777,16	149.399,78
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Goodwill		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial		0,00	0,00
Participações financeiras - outros métodos		1.147,23	1.397,23
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos por impostos diferidos		0,00	0,00
		162.924,39	150.797,01
Activo corrente			
Inventários		0,00	0,00
Activos biológicos		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Outras contas a receber		37.522,33	16.943,00
Diferimentos		1.310,29	1.091,90
Activos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Activos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		52.928,74	49.990,85
		91.761,36	68.025,75
Total do activo		254.685,75	218.822,76
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital realizado		100.000,00	100.000,00
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00
Prémios de emissão		0,00	0,00
Reservas legais		4.901,05	4.599,23
Outras reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		16.806,03	11.071,51
Ajustamentos em activos financeiros		0,00	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações no capital próprio		0,00	0,00
		121.707,08	115.670,74
Resultado líquido do período		11.226,59	6.036,34
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total do capital próprio		132.933,67	121.707,08
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		31.993,88	16.803,00
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	4.200,00
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		31.993,88	21.003,00
Passivo corrente			
Fornecedores		4.287,27	4.234,77
Adiantamentos de clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		6.859,25	4.533,05
Accionistas/sócios		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		59.482,86	57.388,41
Outras contas a pagar		19.128,82	9.956,45
Diferimentos		0,00	0,00
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
		89.758,20	76.112,68
Total do passivo		121.752,08	97.115,68
Total do capital próprio e do passivo		254.685,75	218.822,76

Assinado digitalmente por
Luís Filipe Mendes
Filipe Mendes

9796
Luís Filipe Mendes

Entidade: Mendes & Silva - Corret. e Consultores de Seguros, Lda
 DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Unidade Monetária: Euro

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2011	2010
Vendas e serviços prestados		199.746,12	191.963,78
Subsídios à exploração		0,00	0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		1.290,60	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos		-87.969,76	-74.400,20
Gastos com pessoal		-77.469,07	-89.728,29
Imparidade de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos		2.526,11	281,33
Outros gastos e perdas		-11.002,76	-10.029,55
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		27.121,24	18.087,07
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-9.145,62	-6.791,81
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		17.975,62	11.295,26
Juros e rendimentos similares obtidos		127,65	0,00
Juros e gastos similares suportados		-344,51	-756,72
Resultado antes de impostos		17.758,76	10.538,54
Imposto sobre o rendimento do período		-6.532,17	-4.502,20
Resultado líquido do período		11.226,59	6.036,34

Resultado das actividades descontinuadas (líquido de impostos) incluído no resultado líquido do período		0,00	0,00
---	--	------	------

Procedimentos
 João Mendes
 Filipe Mendes

g Tgc
[Handwritten signature]

Entidade: Mendes & Silva - Corret. e Consultores de Seguros, Lda

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2011

Mês	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										Total	Interesses minoritários	Total de Capital Próprio	
	Capital realizado	Ações (grupos) próprios	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de reavaliação	Outros variações no capital próprio				Resultado líquido do período
6	100.000,00				4.599,22		11.071,51				6.036,34		121.707,08	121.707,08
Alterações no período														
Primeira adopção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis					301,82		5734,52				-6036,05			
Excedentes de reavaliação de activos fixos tangíveis e intangíveis e respect. variações														
Ajustamentos por impostos diferidos														
Outras alterações reconhecidas no capital próprio														
Resultado líquido do período					4.901,05		16.806,03				-6036,05		0,00	
Resultado integral													11226,59	11226,59
Operações com detentores de capital no período													5190,54	5190,54
Realizações de capital														
Realizações de prémios de emissão														
Distribuições														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2011	100.000,00				4.901,05		16.806,03				11226,59		132933,67	132933,67

GEXOR Comercial e Financeira - Licença no 0000000000058

(GX002SNC)DemAltCapPro) Software inCentea®

Luís Carlos Solimenes, Felipe Mendes

p. Jac. Felipe Mendes

Entidade: Mendes & Silva - Corret. e Consultores de Seguros, Lda
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2010

Unidade Monetária: Euro

DESCRIÇÃO	Notas	CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍDO AOS DETENTORES DO CAPITAL DA EMPRESA-MÃE										Total do Capital Próprio				
		Capital realizado	Ações (quótas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transferidos	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio		Resultado líquido do período	Total		
1		100.000,00				4.110,00		4.976,44			9.786,54					
Alterações no período																
Primeira adopção de novo referencial contabilístico																
Alterações de políticas contabilísticas																
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras																
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis																
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respect. variações																
Ajustamentos por impostos diferidos																
Outras alterações reconhecidas no capital próprio																
2		100.000,00				4.599,23		11.071,51			6.096,24					121.707,08
3																
4 = 2 + 3																
Resultado líquido do período																
Resultado integral																
Operações com detentores de capital no período																
Realizações de capital																
Realizações de prémios de emissão																
Distribuições																
Entradas para cobertura de perdas																
Outras operações																
5																
6 = 1 + 2 + 3 + 5		100.000,00				4.901,05		16.806,03			11.226,58					132.933,67
Posição no fim do período 2010																
		100.000,00				4.901,05		16.806,03			11.226,58					132.933,67

GEXOR Comercial e Financeira - Licença no 0000000000058 (GX002SNCDemAltCapPro) Software inCentea®

Luís P. Feres
Luís Mendes
Filipe Mendes

JPC
Filipe Mendes

Sede
Rua N.ª Senhora das Dores 71-A, loja D
Boa Vista
Apartado 3083
2420-403 Leiria

Delegação
Rua Principal, n.º 115
2415-002 Bldoeira de Cima



MENDES & SILVA
CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS LDA

J. Lou.
HA

RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Introdução

A Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros, Lda., com sede social em Rua N.ª Senhora das Dores n.º 71-a, Loja D, com um capital social de 100.000,00 €, tem como atividade principal a Mediação de Seguros. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2011.

É elaborado nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros, Lda., procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

De acordo com a generalidade dos analistas, a economia mundial registou em 2011 um crescimento moderado, no entanto, o ano que se afigurava ser de consolidação da ultrapassagem de uma das suas fases mais turbulentas de sempre, acabou por ficar marcado pela crise da zona euro.

2.1. A Nível Internacional e Europeu

A atividade económica a nível mundial, de acordo com o FMI, terá registado em 2011 um crescimento positivo de cerca de 3,8%, sendo que o PIB das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,6%, contra os 6,2% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, apesar das taxas de crescimento não serem muito diferenciadas, 1,8% nos EUA e 1,6% na zona euro, as previsões apontam para os EUA continuarem a crescer ao mesmo ritmo enquanto a nível europeu as expectativas para 2012 são de recessão ligeira.

Estas previsões são influenciadas pelo desempenho das economias da zona euro no segundo semestre e, particularmente no último trimestre de 2011, que ficaram marcados pela crise das dívidas soberanas de alguns países europeus. Esta crise acabou por reduzir as perspectivas de crescimento da economia mundial e, particularmente da zona euro, ao diminuir a confiança dos Investidores e contrair o consumo.

Os excessivos défices públicos dos últimos anos, provocados quer pela queda das receitas fiscais e aumento das prestações sociais de apoio ao emprego, quer pela adoção de medidas estímulo à economia e consequente tem levado ao agravamento da dívida pública na maioria

Telefone:
244 723 440/469 Sede
244 721 233 Delegação
Fax:
244 723 688 Sede
244 724 018 Delegação
E-Mail:
geral@ms-seguros.pt
www.ms-seguros.pt



Mediador de seguros inscrito, em 27/01/2007, no registo do ISP - Instituto de Seguros de Portugal com a categoria de corretor de seguros, sob o n.º 607124990/3, com a autorização para os ramos Vida e Não Vida verificável em www.isp.pt | Contribuinte n.º 500 384 630 | Sociedade por Quotas | Matricula C.R.C. Leiria n.º 968 | Capital Social €100 000 | Membro APROSE com o n.º 156 verificável em www.aprose.pt

dos países desenvolvidos, sendo que em 2011 o rácio do défice público tenha atingido os 8,7% do PIB nos EUA, 6,6% na OCDE e 4,75% na UE, embora ligeiramente abaixo na zona euro (4,3%).

Handwritten signature/initials

O enquadramento económico dos últimos anos tem como consequência uma crise mundial de emprego. De acordo com os dados do Eurostat, a taxa de desemprego da união europeia situou-se nos 9,9% em Dezembro de 2011, embora ligeiramente superior na zona euro (10,4%), sendo que nos EUA este valor caiu para 8,3% (face aos 9,7% de 2010), tendo a média dos países da OCDE mantido os níveis de 2010, nos 8,2%.

O atual contexto de fortes tensões nos mercados financeiros contribuiu para a perda de acesso do setor público e, em consequência, do setor bancário a financiamento de mercado em condições regulares. Desta forma houve a necessidade de alguns países europeus solicitarem a assistência financeira junto do Fundo Monetário Internacional e da União Europeia.

Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma relativamente estável. O euro apreciou-se ligeiramente face ao dólar durante o primeiro semestre de 2011, tendo-se depreciado um pouco nos primeiros meses do terceiro trimestre. Para este equilíbrio cambial têm contribuído as operações no mercado cambial das autoridades japonesas, em intervenção concertada com os países do G7, com vista a limitar a volatilidade da taxa de câmbio do iene. O dólar norte-americano, apesar da depreciação recente, encontra-se ligeiramente apreciado face aos seus valores de equilíbrio. Durante o primeiro semestre, destaca-se ainda a evolução do franco suíço, que se apreciou para níveis históricos face ao euro. Para conter este movimento, as autoridades intervieram no mercado e, já em Setembro, o governador do banco central revelou que iria impedir a apreciação do franco suíço face ao euro para além de 1.2 EUR/CHF.

2.2 A nível Nacional

Do ponto de vista económico e social o desempenho de Portugal revela um desempenho preocupante com a contração da economia portuguesa em 2011 e prevista para 2012, seguida de uma virtual estagnação em 2013.

Esta contração da atividade económica, a qual não tem precedente na economia portuguesa, traduz uma queda significativa da procura interna, tanto pública como privada. Apesar de um crescimento significativo das exportações, segundo dados do Banco de Portugal, o mesmo o qual não é suficiente para compensar a forte contração da procura interna, num quadro de Desalavancagem do setor privado e de consolidação orçamental.

No quadro da crise da dívida soberana na área do euro, conforme acima referido, e tendo em consideração os desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo dos últimos anos levou à necessidade do governo português recorrer ao Fundo Monetário Internacional para acesso a financiamento externo. Este pedido deu lugar à formalização de um Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), em que o Governo de Portugal se comprometeu a adotar medidas de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural. Estas medidas, apesar de visarem a criação de condições indispensáveis ao crescimento sustentável da economia portuguesa, têm um inevitável efeito contracionista no curto prazo. Assim sendo, em termos reais, o PIB terá apresentado uma taxa de variação homóloga de -2,7% no quarto trimestre de 2011 (-1,8% no trimestre anterior), fixando a taxa anual de crescimento do PIB em -1,5%. A evolução do PIB traduziu, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), um significativo agravamento do contributo da Procura Interna, sobretudo em resultado da diminuição expressiva do Investimento e das Despesas de Consumo final das Famílias.

Nos restantes países intervencionados, de referir pela negativa a Grécia, cuja tensão social e as dificuldades políticas internas têm vindo a dificultar progressos consistentes nas reformas necessárias exigidas pela Troika e a confiança dos investidores; e pela positiva a Irlanda que devido à maior flexibilidade e diversificação da sua atividade económica, encontra-se atualmente com perspectivas mais otimistas no que respeita à recuperação económica.

J. Ser. H

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu no último trimestre de 2011 os 13,6%, representando uma subida de 2,5% face a 2010, sendo atualmente o quarto mais elevado da UE, terceiro pior da zona euro. Este valor, para além de ser 1,2% superior ao registado no trimestre anterior, revela um número de desempregados a aproximar-se dos 700 mil.

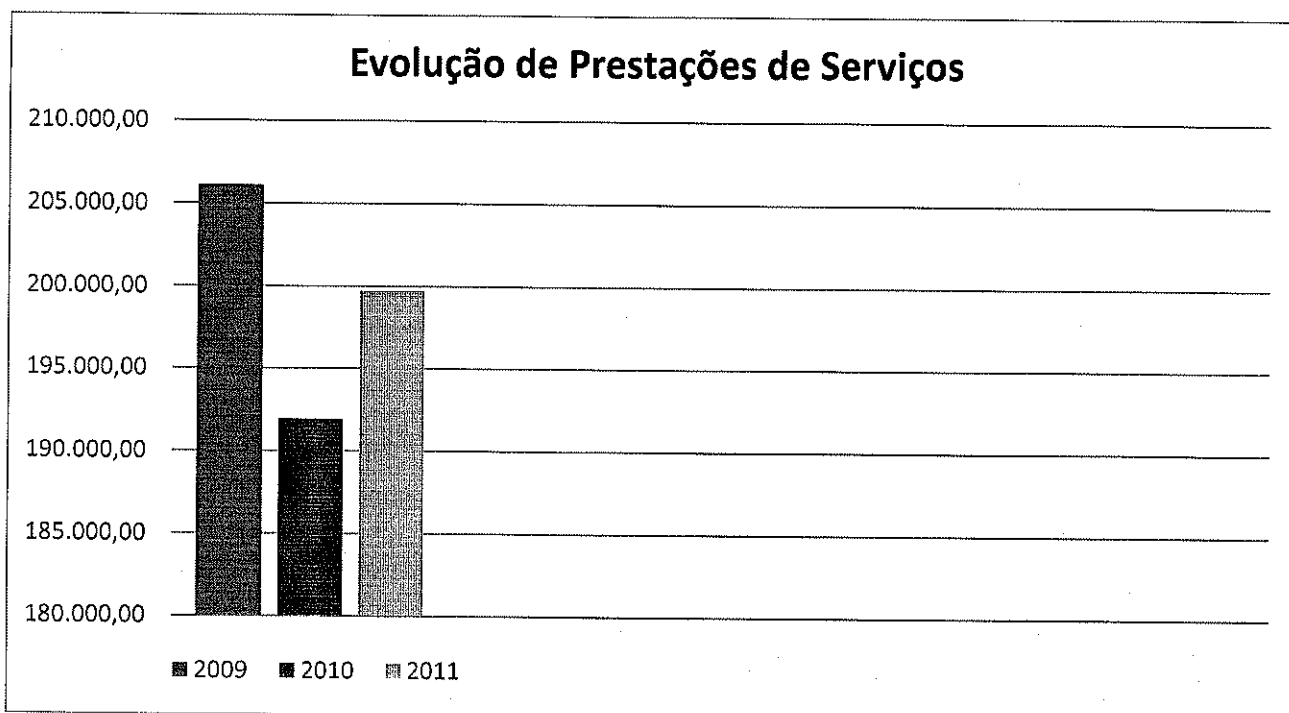
Em termos orçamentais, Portugal atingiu em 2011 as metas estabelecidas pela Troika, no entanto este objetivo foi apenas conseguido através de uma transferência parcial dos fundos de pensões da banca, o que implica que o "ajustamento subjacente em 2011 tenha sido inferior ao esperado". O défice orçamental em 2011 cifrou-se em cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), abaixo dos 5,9% inicialmente previstos. No entanto, sem a transferência dos fundos de pensões, o défice teria ficado nos 7,5% do PIB.

3 - Análise da Actividade e da Posição Financeira

No período de 2011 os resultados espelham a boa atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 199.746,12 €, representando uma variação de 4% relativamente ao ano anterior.

3.1 – Prestação de Serviços

A evolução dos rendimentos bem como a respetiva estrutura são apresentadas nos gráficos seguintes:

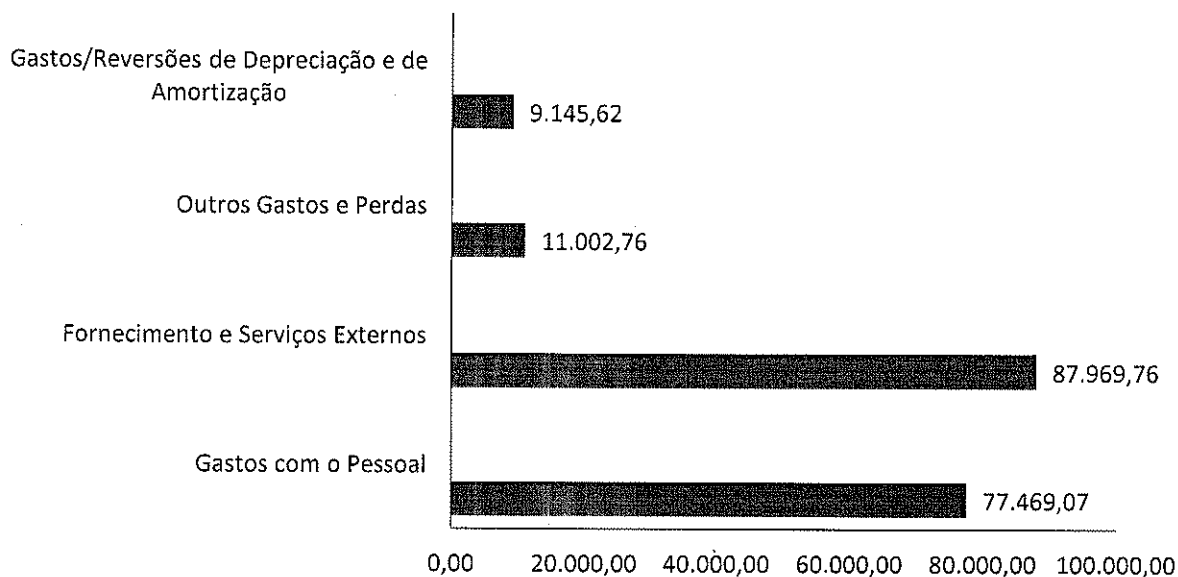


J. Silva
#

3.2 – Gastos e Perdas

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura:

Estrutura de gastos



3.3 - Balanço

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2011		2010	
Activo não corrente	162.924,39	63 %	150.797,01	68 %
Activo corrente	91.761,36	37 %	68.025,75	32 %
Total activo	254.685,75		218.822,76	
RUBRICAS	2011		2010	
Capital Próprio	132.933,67	52 %	121.707,08	55 %
Passivo não corrente	31.993,88	13 %	21.003,00	10 %
Passivo corrente	89.758,20	35 %	76.112,68	35 %
Total Capital Próprio e Passivo	254.685,75		218.822,76	

C/
Sen.
A

3.3 - Pessoal

A empresa durante o exercício económico de 2011, teve ao seu serviço 7 funcionários, 4 a tempo completo e 3 a tempo parcial.
Dos 4 funcionários a tempo completo 3 estão na sede e 1 na delegação da Bidoeira de Cima

3.4 – Investimentos e Desinvestimentos

A empresa durante o exercício económico de 2011, adquiriu em primeira mão 1 viatura no montante de 21.523,00 Euros e desinvestiu também uma viatura no montante de 21.965,00 Euros.

A sociedade exerceu atividade no sector dos seguros (mediação de seguros).

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros no período económico findo em sábado, 31 de Dezembro de 2011 realizou um resultado líquido de 11.226,59€, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	
2011	
	Reserva Legal 561,33 €
	Resultados Transitados
	10.665.26 €

5 - Expectativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para a contração sem precedente da atividade económica em Portugal em 2012 e 2013. Esta evolução traduz o impacto sobre a atividade económica do ajustamento de um conjunto de desequilíbrios acumulados ao longo de mais de uma década.

A projeção da atividade económica para o período 2012-2013 realizada pelo Banco de Portugal tem subjacente uma forte retração da procura interna, acompanhada de uma redução substancial do desequilíbrio externo. As condicionantes de origem interna implicarão uma queda da procura interna privada, que traduz uma contração sem precedente do consumo privado, em particular do consumo de bens duradouros (que se prevê uma redução acumulada superior a 40% no período 2011-2013), depois de um período prolongado de crescimento acima do PIB, e do investimento privado (tanto empresarial como residencial). A diminuição do consumo privado deverá atingir 6% em 2012 e 1,8% em 2013, o que corresponde a uma queda acumulada de 11% no período 2011-2013. A queda acumulada do volume de consumo público no período 2012-2013 será da ordem de 7,5%, contrastando com o aumento persistente registado no passado.

a prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário leva à prevalência de condições mais restritivas de acesso ao crédito e as limitações impostas pelas condições de solvabilidade decorrentes das restrições orçamentais das famílias também deverão afetar de forma significativa a evolução do consumo em 2012, limitando a capacidade de alisamento das decisões de despesa privada.

Atendendo ao nível de endividamento externo atingido, a redução da procura interna necessária para assegurar as condições de solvabilidade externa da economia portuguesa tem uma magnitude sem precedente. O seu impacto sobre a atividade económica dependerá em larga medida do enquadramento externo da economia portuguesa.

Em sentido contrário, as exportações deverão manter um crescimento próximo do considerado para a procura externa dirigida à economia portuguesa, sendo mesmo a única componente da procura agregada que se prevê registar taxas de crescimento positivas. Esta alteração da composição da despesa agregada traduz-se numa posição próxima do equilíbrio da balança corrente e de capital em 2013, a qual é fundamental para assegurar as condições de solvabilidade da dívida externa, um dos requisitos necessários para o regresso da posição de investimento internacional a uma trajetória sustentável. Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma redução do emprego de 1,8% e 0,6%, respectivamente em 2012 e 2013. Enquanto em 2012 a contração do emprego será relativamente similar nos dois setores, público e privado, já em 2013 será mais intensa no setor público.

Em termos de inflação, esta deverá manter-se em níveis elevados em 2012, cerca de 3,6%, e descer para próximo de 1 por cento em 2013. É previsto um aumento muito moderado dos preços de importação de bens não energéticos, tendo em consideração uma virtual estabilização dos preços das matérias-primas e uma forte moderação salarial, num contexto em que o desemprego se deverá manter em níveis historicamente elevado. Esta projeção é fortemente condicionada por medidas de política orçamental, (como por exemplo, a reclassificação de alguns bens e serviços sujeitos às taxas de IVA reduzidas para a taxa normal e o aumento de preços administrados e de alguns impostos específicos sobre o consumo).

Depois de uma expressiva contração, da ordem dos 11% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2011, a atual projeção incorpora uma redução semelhante em 2012, seguida de uma queda de 1,8% em 2013. Embora este padrão de evolução seja transversal a todos os setores institucionais, espera-se uma evolução relativamente mais favorável da FBCF empresarial a partir do início de 2013, num quadro de manutenção do dinamismo das exportações.

No entanto, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, a implementação das reformas no mercado de trabalho afigura-se crucial para

J. Silva
AA

dinamizar a criação de emprego. Uma reestruturação eficiente do setor empresarial passa por melhorar a afetação dos trabalhadores aos postos de trabalho e aumentar a flexibilidade interna e externa das empresas, de forma a assegurar a criação de emprego. As reformas devem eliminar as rendas no mercado de trabalho, associadas. Uma vertente crucial deste enquadramento diz respeito ao aumento da concorrência em alguns mercados, em particular de bens e serviços não transacionáveis, quer pela eliminação de barreiras à entrada, quer pelo aumento dos poderes dos reguladores, de forma a garantir uma efetiva implementação da legislação existente deste financiamento externo. A reforma do sistema judicial desempenha um papel crucial para a melhoria do funcionamento dos mercados na economia portuguesa. Estas reformas devem ser acompanhadas por um quadro fiscal adequado, com vista a promover o investimento produtivo quer ao nível do capital humano, quer do capital físico.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso do processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável em Portugal.

5.2 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa continue a apresentar os resultados de pouco crescimento.

6 - Outras Informações

A Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros, Lda. não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro, mas têm uma delegação na Bidoeira de Cima.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou de acções próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de 2011.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o sector público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

J. Silva
AA

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros, Lda.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

Boavista, 28 de Fevereiro de 2012

João Luís Lourenço
Lourenço
Filipe Mendes

ACTAS

Folha 21

ACTA NÚMERO QUARENTA E NOVE

Aos trinta dias do mês de Março do ano Dois Mil e Doze, pelas 19 horas na sede social da empresa MENDES & SILVA - Corretores e Consultores de Seguros, Lda., contribuinte nº 500384630, sita na Rua Nº. Senhora das Dores nº 71 Loja D, freguesia da Boa Vista e concelho de Leiria, sociedade por quotas, com o capital social de cem mil euros, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Leiria sob o número 968, reuniram em Assembleia Geral, os sócios da empresa, com a seguinte ordem de trabalhos, conforme constava da convocatória.

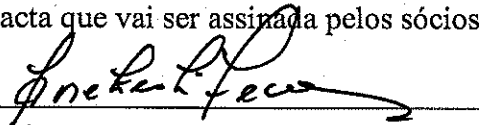
Ponto Único: Apreciação, discussão e aprovação das contas e do balanço, referentes ao exercício de dois mil e onze.

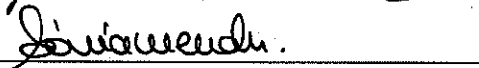
Estiveram presentes os sócios, Sr. José da Luz Simões Mendes, detentor de uma quota de noventa mil euros, e o Sr. Filipe José Silva Mendes e a Sra. Sónia Isabel Silva Mendes, cada um detentor de uma quota de cinco mil euros, representando assim os sócios a totalidade do capital social.

Pelo sócio Sr. José da Luz Simões Mendes, que assumiu a presidência da mesa, foi aberta a sessão, que procedeu à apreciação das contas relativas ao exercício, nomeadamente Balanço e Resultados, tendo-se verificado um resultado positivo de onze mil duzentos e vinte e seis euros e cinquenta e nove cêntimos, sendo deliberado que o montante da conta de resultados líquidos transitasse no ano seguinte para a conta resultados transitados depois de deduzido de 561,33 euros para Reserva Legal. Ficou também deliberado que os valores das gratificações do balanço a corpos gerentes no montante de 2.200 euros e ao pessoal no montante de 3.000 euros, já reconhecidos em gastos no exercício económico de 2011, serão colocados à disposição dos mesmos quando a gerência entender que existe disponibilidade para tal.

Foram aprovadas por unanimidade o Balanço, a distribuição de resultados anteriormente referida, bem como as restantes contas relativas ao exercício.

E nada mais havendo a tratar foi encerrada a Assembleia da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos sócios.







Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros, Lda, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011, (que evidencia um total de 254.685,75 euros e um total de capital próprio de 132.933,67 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 11.226,59 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos capitais próprios e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os respectivos Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação;

.../...

.../...

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras;
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Mendes & Silva – Corretores e Consultores de Seguros, Lda, em 31/12/2011, o resultado das suas operações, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais


8. É também nossa opinião, que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Alqueidão da Serra, 15 de Março de 2012

RAQUEL E NUNO CARVALHO, SROC, LDA (SROC nº 216)

Representado por

Raquel Rosa Carvalho Clemente (ROC nº 1234)


(Raquel Rosa Carvalho Clemente)

Sede
Rua N.º Senhora das Dores 71-A, loja D
Boa Vista
Apartado 3083
2420-403 Leiria

Delegação
Rua Principal, n.º 115
2415-002 Bidoeira de Cima



MENDES & SILVA
CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS LOA

Jen.
JA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA		
RUBRICAS	PERÍODOS	
	N	N-1
	(1)	(2)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	1.432.307,77	1.492.582,47
Pagamentos a fornecedores	-38.485,78	-34.492,35
Pagamentos ao pessoal	-66.308,94	-70.640,79
Caixa gerada pelas operações		1.387.449,33
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-4.293,81	-5.476,16
Outros recebimentos/pagamentos	-1.310.263,16	-1.270.233,16
Fluxos de caixa das actividades operacionais (A)	-12.956,08	112.740,01
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES INVESTIMENTO		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		-65.180,00
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	600,00	
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros	250,00	
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	127,65	96,47
Dividendos	1.290,60	
Fluxos de caixa das Actividades de investimento (B)	2.268,25	-65.083,86

Telefone:
244 723 440/469 Sede
244 721 233 Delegação
Fax:
244 723 688 Sede
244 724 018 Delegação
E-Mail:
geral@ms-seguros.pt
www.ms-seguros.pt



Mediador de seguros inscrito, em 27/01/2007, no registo do ISP - Instituto de Seguros de Portugal com a categoria de corretor de seguros, sob o n.º 697124990/3, com a autorização para os ramos Vida e Não Vida verificável em www.isp.pt | Contribuinte n.º 500 384 630 | Sociedade por Quotas | Matrícula C.R.C. Leiria n.º 968 | Capital Social €100 000 | Membro APROSE com o n.º 156 verificável em www.aprose.pt

FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	65.482,86	57.606,86
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	-57.388,41	-90.255,44
Juros e gastos similares	-344,51	-756,72
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (C)	7.749,94	-33.405,30
Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	2.937,89	13.251,18
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	49.990,85	36.739,67
Caixa e seus equivalentes no fim do período	52.928,74	49.990,85

Boavista 31 de Dezembro de 2011

[Handwritten Signature]
 Lourenço
 Felipe Mendes

[Handwritten Signature]
 Tpc
 [unclear]

Sede
Rua N.ª Senhora das Dores 71-A, loja D
Boa Vista
Apartado 3083
2420-403 Leiria

Delegação
Rua Principal, n.º 115
2415-002 Bidoeira de Cima



MENDES & SILVA
CORRETORES E CONSULTORES DE SEGUROS LDA

J. Silva

1 - Identificação da entidade

1.1 - Dados de identificação

Designação: MENDES & SILVA – Corretores e Consultores de Seguros, Lda.
Sede social: Rua N.ª Senhora das Dores nº 71-A Loja D
Boa Vista – 2420-403 LEIRIA
Endereço electrónico: geral@ms-seguros.pt
Natureza da actividade: Seguros e Resseguros

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Normas contabilísticas e de relato financeiro para pequenas entidades (NCRF-PE).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os activos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respectivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum activo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de Dezembro de 2011 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2010.

Telefone:
244 723 440/469 Sede
244 721 233 Delegação
Fax:
244 723 688 Sede
244 724 018 Delegação
E-Mail:
geral@ms-seguros.pt
www.ms-seguros.pt



Mediador de seguros inscrito, em 27/01/2007, no registo do ISP - Instituto de Seguros de Portugal com a categoria de corretor de seguros, sob o n.º 607124990/3, com a autorização para os ramos Vida e Não Vida verificável em www.isp.pt | Contribuinte n.º 500 384 630 | Sociedade por Quotas | Matrícula C.R.C. Leiria n.º 968 | Capital Social €100 000 | Membro APROSE com o n.º 156 verificável em www.aprose.pt

J
L
#

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 - Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a moeda funcional e de apresentação.

"Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros, onde a empresa não exerce qualquer influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 0% a 10% do capital da participada), são registados no item "Participações financeiros – outros metodos".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas.

F. Sen.
#

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa de 12,5% sobre a matéria colectável até 12.500 euros, e à taxa de 25% na parte que exceda aquela quantia. Ao valor de colecta de IRC assim apurado, acresce ainda derrama, e tributações autónomas sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC..

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Nada de relevante a divulgar

5 – Activos Fixos Tangíveis

Dec. H

5.1 Divulgações sobre activos fixos tangíveis, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	TOTAL
Valor bruto no início	128.660,00	31.122,98		88.219,96	99.210,06	347.213,00
Depreciações acumuladas		18.517,15		88.219,97	91.076,10	197.813,22
Imparidades acumuladas						
Saldo no início do período	128.660,00	12.605,83			8.133,96	149.399,78
Total de aumentos				21.523,00		
Aquisições em primeira mão				21.523,00		
Outras aquisições						
Trabalhos para própria entidade						
Revalorizações (+)						
Total diminuições		607,93		27.345,81	3.156,94	9.145,62
Depreciações do período		607,93		5.380,75	3.156,94	9.145,62
Perdas por imparidade						
Alienações				21.965,06		
Abates						
Outras diminuições						
Reversões de perdas por imparidade						
Transferências de AFT						
Transferências de/para ANCDV						
Outras transferências						
Saldo no fim do período	128.660,00	11.997,90		16.142,24	4.977,02	161.777,16
Valor bruto no fim do período	128.660,00	31.122,98		109.742,96	99.210,06	368.736,00
Depreciações acumuladas no fim do período		19.125,08		93.600,72	94.233,04	206.958,84
Garantias de passivos/titularidade restringida						

